

POLITICA EM MARX: CONCEPÇÃO EM ALGUNS ESCRITOS

Iria Brzezinski
PUCGoiás
iriaucg@yahoo.com.br

Resumo: Pesquisa qualitativa. Teórico-bibliográfica. Busca apreender concepção de política nos fundamentos de algumas obras de Karl Marx, de outras de co-autoria com Frederick Engels e de seus seguidores. Este artigo foi impulsionado por uma opção e de atribuir importância ao domínio de conceitos na disciplina Políticas Educacionais em um Programa de Pós-graduação em Educação. Em face da dialéctica intrínseca às concepções, chega-se a certas aproximações, dentre elas, a de que a transformação revolucionária de um modelo resulta da luta de classes. Sendo assim, mudanças decorrem da ação humana coletiva organizada, constituindo-se intervenção fundamentalmente política.

Palavras chave: política, dialética, movimento revolucionário

A elaboração deste artigo decorre de estudos feitos ao longo de dez anos movidos por um interesse, bastante particular, na disciplina Políticas Educacionais de um Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), que tem pro objetivo formar pesquisadores em educação e professores do ensino superior. No contexto da disciplina lecionada, o interesse volta-se para a concepção de política em diversos autores, todavia, neste artigo intenta-se constatar a concepção de política em certas obras de Marx, em uma ou outra escrita em parceria com seu colaborador Engels¹ e em seus seguidores. Trata-se, portanto, de um recorte dos estudos desenvolvidos durante a oferta da mencionada disciplina, com enfoque em obras intencionalmente selecionadas para este fim. Para tanto, foram escolhidos alguns escritos que têm por objeto a explicitação do conceito de política, relacionado ao movimento revolucionário. Marx entende a revolução como a concretude da política. Este conceito remete a outros, como por exemplo, democracia e liberdade. Devido à sua natureza deste trabalho, em forma de artigo com exigência de limite de páginas, optou-se por deter-se à concepção de política.

Karl Marx, nascido em Treves, Alemanha, em 05/05/1818 e falecido em Londres, Inglaterra, em 14/03/1883, filho de judeus, conviveu até a adolescência com a cultura de uma cidade importante, que sob análise de Gianotti (1991, p. IX) misturava o liberalismo revolucionário importado da França com “a reação ao Antigo Regime, liderada pela Prússia”.

Influenciado pelo pai, advogado e conselheiro de justiça, Marx matriculou-se na Universidade de Bonn para estudar jurisprudência, porém afastou-se dos estudos jurídicos depois de ter seu sonho frustrado de assumir uma cátedra universitária. Matriculou-se na Universidade de Berlim, por exigência do pai para concluir estudos. Nesta universidade dedicou-se, com paixão à Filosofia e à História. Ao fazer um balanço de seus estudos, por meio de carta a seu pai em 1837, revelou seu conflito com o idealismo de Hegel², embora estivesse envolvido com

esse pensamento que à época era predominante em Berlim. Marx acabou doutorando-se pela Universidade de Iena.

O trabalho redigido por Marx para pleitear a cátedra em Bonn denominou-se *A Diferença entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e Epicuro* e relacionava-se à questão da Fenomenologia do Espírito de Hegel. Acerca deste estudo Gianotti (1991, p.X) argumenta que “parece ser uma vicissitude da arquitetura do seu pensamento armar planos ambiciosos e globalizantes, sem conseguir realizar um fragmento, embora esse fragmento pudesse assumir o porte e a importância de *O Capital*”.

Segundo Lefebvre (1960), a partir dessa primeira obra, Marx lançou as bases filosóficas do marxismo, cuja contribuição original atingiu a libertação das doutrinas, tidas por ele como limitadas, pelo fato de tê-las apreendido em seu movimento de busca de conhecimento profundo.

Sendo assim, LEFEBVRE, 1960, p. 24-25) assegura que Marx “reuniu dois elementos, até então desjuntados, isolados e incompletos, do pensamento humano: a ciência a filosofia [...] o marxismo é, ao mesmo tempo, uma ciência (a sociologia científica, a economia racionalmente estudada etc) e uma filosofia (uma teoria do conhecimento, da Razão, do método racional etc).

Com tal trajetória, Marx foi construindo uma teoria e um método de construir ciência. A ciência, como se sabe, resulta de um trabalho racional, de investigações metódicas e sistemáticas para desvelar a realidade. Na esteira do pensamento de Marx, revela-se como materialismo histórico, que tem por fundamento a aceção de que a consciência se forma a partir da realidade objetiva, portanto, da real, colidade concreta.

A descoberta do materialismo histórico por Marx ocorreu por volta de 1844- 1845, período de seu encontro com Friedrich Engels. Os estudos de Marx permitiram-no conhecer o papel histórico do proletariado, vislumbrando uma política contraditória à política da burguesia, qual seja: uma política independente construída pela classe operária. Reafirmando esse sentido dado à política da classe operária, Gianotti *et al* enfatizam: ”pela primeira vez Marx proclamava, pois a luta de classes como motor da história, e o proletariado como o germe que deveria subverter a estrutura da sociedade moderna” (GIANOTTI, 1991, p. XI).

Marx e Engels, em conformidade com Gianotti (idem p. XIII), na condição de materialistas defendiam o entrosamento da teoria com o proletariado, visto que preconizavam “nada é mais ridículo do que uma ideia isolada de interesses concretos”. Para Marx e Engels, o marxismo como concepção de mundo, na dimensão de toda sua amplitude, denomina-se materialismo dialético que reconhece como essência do mundo a matéria que vai se transformando de acordo com as leis do movimento.

Os materialistas, ao elevarem a matéria à categoria primordial, concebem a evolução do pensamento científico de forma diferente da dos reacionários e idealistas, reconhecendo a dialética como o modo de pensar as contradições da realidade: o movimento do real, a dinâmica interna dos elementos que são negados pelo seu contrário e que, por sua vez, é negado e superado por novos elementos, em uma seqüência de afirmação, negação e superação.

A contradição dialética não é apenas contradição externa, mas unidade das contradições. Tal unidade confere identidade à dialética que

é ciência que mostra como as contradições podem ser concretamente (isto é, vir-a-ser) idênticas, como passam uma na outra, mostrando também porque a razão não deve tomar essas contradições como coisas mortas, petrificadas, mas como coisas vivas, móveis, lutando uma contra a outra em e através de sua luta (LEFEBVRE, 1983, p. 192).

Na mesma linha interpretativa, Severino (1993) assegura que a dialética é

uma evolução por contradição: esse é o processo dialético! As coisas vão evoluindo, vão mudando porque no seu próprio interior elas contêm sua própria negação, cada coisa sendo, portanto, ao mesmo tempo, igual a si mesma e ao seu contrário! Por isso, todas elas são atravessadas por um conflito interno, a luta dos contrários que as obriga a mudar passando sempre por um momento de afirmação, por um momento de negação e por um momento de superação, cada um deles se posicionando em relação ao seu anterior (SEVERINO, 1993, p. 135).

Compartilha-se com Lefebvre (1991) a ideia de que a originalidade da obra de Marx, ao produzir ciência, reside no mergulho profundo que ele faz na realidade, desvelando-a ao descobrir relações, ao revelar contradições e um movimento para atingir uma síntese real, mais complexa, mais rica e mais ampla.

Para Lefebvre (1990, p. 23), a teoria marxista “envolve, mas transformando-as, todas as doutrinas que prepararam o advento do marxismo e que permaneciam fragmentárias”. Neste movimento dialético de elaboração do pensamento, ainda que se considere a interferência da ideologia, a realidade objetiva é aquela que se constrói a partir das lutas concretas, lutas de classe.

Um exemplo, do antagonismo de Marx, em companhia de Engels, às teorias fragmentárias e idealistas, já mencionadas, foi aos historiadores franceses reacionários que descobriram a luta de classes na Revolução Francesa. Afirma Lefebvre (1960, p. 22) que “o próprio Hegel compromete-se- neste beco sem saída” Logo, Hegel, é tido como reacionário.

Em grande parte as concepções revolucionárias de Marx são resultantes de um quadro de frustrações com a Revolução Francesa. Quando eclodiu na França a revolução, Marx e Engels publicaram O Manifesto Comunista (1848), primeiro esboço da teoria revolucionária, o socialismo científico, que seria denominada Teoria Marxista.

A crítica das revoluções burguesas combinada com o enfrentamento de novas questões próprias de seu tempo, como é o caso do chamado problema social das condições do proletariado, fez com que Marx “[...] distinguísse duas dimensões de emancipação: a social e a política. Marx faz a crítica das revoluções burguesas ao apontar as limitações da ‘emancipação social’. Defender a ‘emancipação social’ significa, nas obras juvenis, defender a revolução social” (WEFFORT, 2006, p. 237).

Marx (fevereiro de 1844), ao elaborar a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, subverte a aceção vigente de crítica, visto que Hegel elaborou sua crítica ao Estado Moderno

no plano do discurso (GIANOTTI, *et al*, 1991). Em contraponto ao Estado Moderno ideal e abstrato de Hegel, há a proposição de Marx de um Estado real. A crítica deveria transformar-se em política e, Marx conseguiu o seu intento ao longo de seus escritos à medida que defendeu o Estado Moderno concreto, evocando a importância dessa crítica que deveria ser apropriada pelas massas proletárias. Estas massas, transformadas em força social, seriam capazes de provocar mudanças profundas na estrutura da sociedade da época.

Assim, quando Marx (1980, p. 301), expõe sua concepção sobre economia política e seu posicionamento acerca da política no *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*: “[...] tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas se baseiam, pelo contrário, nas condições materiais de vida”.

Na obra *Ideologia Alemã*, escrita em parceria com Engels, publicada em 1845, já estava presente a preocupação com a relevância dos aspectos materiais:

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 33).

Marx (1980) identifica as questões políticas no universo das relações entre a estrutura e a superestrutura. A definição desses conceitos e a percepção da política como parte integrante desta são expressas da seguinte forma:

[...] O resultado geral a que cheguei e, que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondera a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário o seu ser social é que determina a sua consciência [...] (MARX, 1980, p. 301).

Na visão de Marx (1980), a revolução encontra-se presente ao longo do processo histórico humano fundamentalmente como resultado dos choques entre o avanço das forças produtivas e as relações de produção existentes em certo modelo. Segundo sua avaliação, essas mudanças encontram-se no plano da estrutura, portanto, no campo econômico. As transformações ocorridas provocam, por sua vez, mudanças na arena da superestrutura, incluindo aquelas ocorridas no espaço político.

Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela. Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo (MARX, 1980, p. 301).

Dessas manifestações de Marx (1980, p. 302) depreende-se que não é a consciência a geradora da realidade material. Segundo o autor, não se pode julgar as épocas de revolução pela consciência, “[...] mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção”.

Miller (1996) acredita que o marxismo como defensor da tese de que a estrutura econômica de uma sociedade exerce uma influência predominante sobre todos os outros componentes, especialmente sobre seu sistema político e sua ideologia. O marxismo para o autor foi a mais influente filosofia do determinismo social e abalou a teoria política, pois se as instituições sociais e políticas eram governadas por fatores à margem do controle humano, então a especulação intelectual sobre a melhor forma de sociedade ou governo era manifestamente uma atividade desprovida de propósito.

Em defesa de Marx e do marxismo, frente à crítica de Miller (1996), erguem-se pensadores como Vares (1989) para quem o texto contido no *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* representa uma manifestação resumida e incompleta da tese sobre a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Ele rejeita completamente a crítica depreciativa dos que enxergam em Marx algum tipo de dogmatismo ou determinismo e demonstra que um estudo construído pelo método dialético não possui uma natureza dogmática, muito ao contrário.

A superioridade do materialismo histórico reside precisamente na sua capacidade de se criticar a si mesmo, seja no campo da filosofia, na economia, na sociologia, na política e na história. Aliás, ninguém poderá afirmar-se realmente partidário do marxismo e/ou do materialismo histórico se nessa tomada de posição não estiver implícito o seu caráter antidogmático, aberto, capaz de se negar a si mesmo. O determinismo rígido e inflexível nunca foi a característica de Marx e do marxismo (VARES, 1989, p. 87-88).

Nesta perspectiva, Aron (2005) destaca que Marx foi, ao mesmo tempo, um estudioso e um militante em termos políticos, dispondo de um conjunto de obras de significativa heterogeneidade, manifestando-se sobre uma grande quantidade de assuntos políticos, econômicos e históricos. Para o intelectual francês, é possível encontrar na vasta produção de

Marx opiniões um tanto contraditórias, e afirma: “[...] não se contradizem os que escrevem pouco, e Marx certamente não pertencia a essa categoria” (ARON, 2005, p. 23).

1 CONCRETUDE DA POLÍTICA: o movimento revolucionário

A contribuição de Karl Marx não se restringe ao desenvolvimento da ciência, tampouco a escritos acadêmicos. Entre os intérpretes de suas obras, há um consenso de que Marx é filósofo, cientista e militante, para quem o conhecimento está vinculado a um projeto revolucionário em direção de ampla transformação política, econômica e social da sociedade capitalista.

Essa apreciação do perfil de Marx encontra respaldo em um autor contemporâneo Weffort (2006) que o identifica como um grande pensador, cujas idéias não se separaram das exigências da militância política. Nesta militância, a política revela sua concretude no movimento revolucionário que objetiva a mudança estrutural da sociedade capitalista.

Weffort (2006) afirma ser paradoxal que um pensador que, em sua vida, deu tamanha atenção à política possa ter sido criticado por tratá-la, ao que supõem seus detratores, como um mero epifenômeno, simples reflexo das condições materiais que seriam dadas pela economia.

Como forma de sustentar sua defesa, Weffort (2006) assinala que Marx entendia *O Capital* como um guia para a ação revolucionária e considera que na trajetória do pensamento de Marx a crítica do direito e da filosofia de Hegel antecede à sua crítica à economia política. Desse modo, compartilham-se afirmações de Weffort (2006) quanto à ideia marxista de revolução, como momento de ruptura estrutural da sociedade e do Estado capitalistas. Tais ideias consistiam o horizonte mais imediato de Marx, contextualizado em seu tempo e espaço históricos, haja vista que Marx viveu em uma Europa revolucionária, instigada pela viva memória das conseqüências da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas. Ademais, ele foi contemporâneo das revoluções de 1830 e de 1848, e da Comuna de Paris, em 1871.

A citação de Weffort (2006) é elucidativa neste sentido:

Se a crise de 1857 não trouxe uma revolução, como Marx e Engels esperavam em sua troca de cartas, encontramos entre as suas conseqüências algumas mudanças políticas fundamentais na ordem européia: a unificação da Itália e da Alemanha, o desmoronamento do império francês e a decadência do império austro-húngaro. E entre estes impressionantes acontecimentos o importante episódio da Comuna de Paris. Nas unificações da Alemanha e da Itália, eram ainda as revoluções – nestes casos, porém, “revoluções pelo alto” – que mudavam rapidamente todo o cenário de duas velhas sociedades européias. E do bojo das revoluções, as do século XIX quase todas revoluções da burguesia, e das demais transformações que a burguesia impunha ao velho mundo, surgia o proletariado (WEFFORT, 2006, p. 232).

Observa-se que, por um lado, o compromisso de Marx com a revolução consiste o cerne de sua teoria política que só pode ser entendida em articulação com a crítica da economia política. Por outro, só se entende a sua teoria sobre as contradições econômicas do sistema capitalista, levando-se em conta o movimento revolucionário que as contradições políticas suscitavam naquele momento histórico. Logo, deduz-se com apoio no pensamento de Marx e

nas confirmações weffortianas que a teoria da revolução – politicamente concretizada na luta de classes – inclui a própria lógica das contradições do sistema capitalista. É possível deduzir também que a emancipação política, resultante da revolução política, representa um grande avanço no contexto da luta de classes, porém, não é a forma ideal de emancipação humana universal ou revolução social como ensinara Marx, embora seja a única possível no mundo capitalista, visto que

só o proletariado que tem a condição peculiar de ser uma classe colocada ‘fora’ do sistema das classes, pode realizar a tarefa de emancipar-se a si próprio e, consigo, o conjunto da sociedade. É por isso que essa ‘emancipação geral’ ou ‘universal’ não é entendida por Marx como abstrata e sim como concreta: a emancipação desta parte especial da sociedade que é o proletariado só é possível com a emancipação (geral, universal) do homem. A perspectiva da revolução proletária envolve, portanto, a perspectiva de realizar, no plano social, uma igualdade que a revolução da burguesia só é capaz de realizar no plano das ilusões e das formas do Estado e da ideologia. Neste sentido, só a revolução do proletariado seria capaz de realizar a democracia, como conteúdo e como forma (WEFFORT, 2006, p. 240).

(Endnotes)

1 É evidente: não basta só desejar a revolução. É preciso dominar o conhecimento contra o que se luta e contra quem se luta. Se por um lado, o proletariado deve ser capaz de representar a coletividade e de quem deve emanar a consciência da necessidade de uma revolução radical, por outro, a burguesia é a classe social contra a qual se deve lutar. Marx, assim se manifesta quanto a esta relação antagônica e contraditória na luta de classes:

Para alcançar esta posição libertadora e a direção política de todas as esferas da sociedade, não bastam a energia e a consciência revolucionárias. Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade civil coincidam; para que uma classe represente o todo da sociedade, outra classe tem de concentrar em si todos os males da sociedade, uma classe particular deve encarnar e representar um obstáculo e uma limitação geral (MARX, 1991, p. 56).

Desde 1843, Marx já argumentava em favor da emancipação humana do trabalhador explorado pela classe detentora do capital e, como visto, indicava o proletariado como principal protagonista da emancipação humana universal. Em 1845, nas *Teses de Feuerbach*, Marx chama a atenção para o vínculo necessário entre conhecimento e a transformação da realidade ao clarificar a quem cabe o protagonismo e qual é o instrumental da transformação. São eles: o proletário e a ciência.

Da mesma forma como a filosofia identifica as armas materiais no proletariado, o proletariado tem as suas armas intelectuais na filosofia [...]. A filosofia é a cabeça desta emancipação e o proletariado o seu coração. A filosofia não pode realizar-se sem a exaltação do proletariado, o proletariado não pode exaltar-se sem a realização da filosofia” (MARX, 1991, p. 59).

Em contraponto, Marx questiona, na décima primeira tese de Feuerbach, os postulados filosóficos descompromissados com a transformação da realidade até então presentes: “Os filósofos não fizeram mais que interpretar o mundo de forma diferente; trata-se, porém de modificá-lo” (MARX, 1980, p. 210).

Sendo assim, a conquista do poder político pode não ser em si mesmo um fim pretendido, mas é visto por Marx como um procedimento para o alcance da revolução social capaz de assegurar ao ser humano o gozo da liberdade, como assevera o autor na obra *Ideologia Alemã*:

Toda classe que almeje à dominação, ainda que sua dominação, como é o caso do proletariado, exija a superação de toda antiga forma de sociedade e a superação da dominação em geral, deve primeiramente conquistar o poder político, para apresentar seu interesse com o interesse geral, o que ela no primeiro instante se vê obrigada a fazer (MARX; ENGELS, 2007, p. 37).

Reconhecida a importância do poder político para assegurar condições para a revolução social é preciso ter clareza a que revolução Marx se refere e que será conduzida pelo proletariado. Trata-se da revolução comunista que se investe contra o modo de produção praticado até então. Tal revolução

supera [*aufhebt*] a dominação de todas as classes ao superar as próprias classes, pois essa revolução é realizada pela classe que, na sociedade, não é mais considerada como uma classe, não é reconhecida como tal, sendo já a expressão da dissolução de todas as classes, nacionalidades etc., no interior da sociedade atual (MARX; ENGELS, 2007, p. 42).

Segundo as análises marxistas, o sujeito obtém meios para se desenvolver integralmente na comunidade com os outros, conquistado a liberdade pessoal que é também coletiva porque é exercida no interior da comum-idade a que se associa. Marx não se opõe ao individualismo, ao contrário, sua meta é restabelecer as ligações coletivas entre homens e mulheres em nível de suas possibilidades individuais plenamente desenvolvidas.

Aron (2005) sugere uma verificação das condições de liberdade do proletariado presentes no capitalismo. Nessas condições, a classe burguesa se apega preservando suas conquistas, tal como a propriedade privada e outras vantagens de classe dominante, no intuito de ampliá-las, como sempre fez toda ordem que define o capitalismo. Na perspectiva da superação desse sistema e na defesa de um novo modelo, encontra-se o proletariado, como enfatizam Marx e Engels (2007), o qual é representante legítimo de uma nova organização que deve se dirigir a um desenvolvimento mais avançado das forças produtivas e que foi antecipada por uma revolução política, engendradas nas forças sociais em disputa, historicamente determinadas.

Considerações de Marx e Engels (2007), registradas a seguir, esclarecem as determinações históricas:

A história nada mais é do que o suceder-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas

gerações anteriores; portanto, por um lado ela continua a atividade anterior sob condições totalmente alteradas e, por outro, modifica com uma atividade completamente diferente as antigas condições. [...] Os sujeitos que vivem em um determinado momento histórico recebem do passado um conjunto de situações e condições que, em grande medida, influenciam suas escolhas e possibilidades de ação, todavia, aquilo que é historicamente herdado pode ser objeto de interação e, portanto, historicamente transformado (MARX; ENGELS, 2007, p. 40).

Com efeito, sendo os homens e mulheres capazes de construir as circunstâncias, está reconhecida a possibilidade de transformação da realidade histórica por força da ação humana, que consiste em um movimento revolucionário como concretude da política que, dialeticamente, precede a revolução social. Por maiores que sejam as influências limitadoras do passado, é certo que homens e mulheres com consciência política revolucionam seu presente. Em face dessa capacidade, pode-se compreender a expectativa de Marx com relação à revolução radical da estrutura social e econômica que põe fim ao capitalismo.

Apesar de que a elaboração de um artigo, segundo normas prescritas em manuais de metodologia de trabalho científico, requer chegar a algumas conclusões, neste caso, pede-se permissão para apresentar, na sequência, algumas aproximações, em face da natureza da temática investigada e apreendida na trajetória do pensamento crítico de Karl e seguidores.

ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Assinala-se que seria interessante para a conclusão desta temática, mais espaço e tempo suficiente para se analisar com profundidade as concepções de liberdade e de democracia, em Marx, como corolários do próprio movimento revolucionário, tendo em vista que ambas podem ser concretamente conquistadas, em decorrência da mudança estrutural da sociedade dividida em classes, com interesses antagônicos e contraditórios.

Não será possível, porém é indispensável ainda apontar que para Marx (2007), pensar a liberdade é considerar a realidade concreta e as condições materiais que garantam a existência dos sujeitos pertencentes a uma sociedade. Não resta dúvida de que a liberdade somente idealizada é mera construção teórica distante do real. Em face a isto, Marx acusa os idealistas de partirem de pressupostos arbitrários e enfatiza a necessidade de centrar atenções em torno dos indivíduos reais e suas condições materiais que podem ser observadas empiricamente.

Momento importante da relação entre Marx e a temática da liberdade encontra-se no seu envolvimento com a atividade jornalística, especialmente com a publicação de dois artigos: *Advertências sobre o recente código de censura prussiana* e *Debates sobre a liberdade de imprensa e comunicação*. O primeiro promove um comentário sobre o decreto do governo prussiano de 24/12/1841 que dispõe sobre a censura. No segundo, é mantida e aprofundada a argumentação para a eliminação da prática do dominante de amordaçar à liberdade de imprensa.

É preciso destacar que a liberdade, ao longo da trajetória do pensamento de Marx é tema constante, que vai adquirindo uma forma de exposição cada vez mais refinada e filosoficamente

muito consistente. Apesar de não deixar clara a origem e os responsáveis, o autor não aceita os que entendem haver certo abandono do tratamento filosófico da liberdade em virtude de dedicar-se à crítica da Economia Política.

No tocante à democracia, esboça-se aqui um rápido comentário, apontando para posteriores estudos. A relação da democracia com as conquistas do proletariado e sua possível emancipação universal na luta de classes é evidente, pois são as relações democráticas que permitem superar a alienação imposta aos dominados pela divisão da sociedade capitalista em classes sociais.

A democracia em Marx solicita ser entendida por meio do enigma levantado pelo autor acerca da modernidade política, em que há separação entre o Estado e a sociedade civil. Quando Marx formula a crítica que marcou seu rompimento definitivo com Hegel, busca prover soluções para os problemas lacunares deixados por ele, pois Marx, conforme Progrebinskichi (2007), “elabora o conceito de verdadeira democracia e prepara sua primeira abordagem do comunismo, o que resultará na nomeação, no ano seguinte, daquele que viria a ser o seu sujeito histórico, o proletariado”.

No limite deste artigo, no entanto, é bastante viável nas pretendidas aproximações, ter clareza de que, enquanto o materialismo dialético é o método, o materialismo histórico é a metodologia. Isto posto, o materialismo é a teoria que explica historicamente como os homens e mulheres produzem e reproduzem as suas condições de sobrevivência. É a história do modo como os homens se relacionam entre si e com a natureza pelo trabalho, como produzem e reproduzem suas relações sociais (divisão do trabalho, forma de propriedade e relação de produção, entre outros), que são econômicas, políticas e culturais.

Outra conclusão ainda é possível, visto que a transformação revolucionária de um modelo em direção a outro resulta da luta de classes e, portanto, da ação humana coletivamente organizada, constituindo uma intervenção fundamentalmente política. Essa luta, todavia, não é iniciada ou conduzida aleatoriamente. Ela ocorre diante das condições materiais, historicamente definidas, considerando que a evolução das forças produtivas assegura a existência das condições concretas para a existência dos atores responsáveis pelos enfrentamentos políticos, por meio da luta de classes.

REFERÊNCIAS

- ARON, R. *O Marxismo de Marx*. Trad. J. Bastos. São Paulo: Arx, 2005.
- GIANOTTI, J. A. Apresentação de Karl Marx: vida e obra. In: MARX, K. *Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos*. 5 ed. Trad. Textos selecionados por Athur Giannotti. Trad. José Carlos Bruni et all. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. VIII-XX (Coleção Os Pensadores v.12).
- LEFEBVRE, H. *O marxismo*. 2ª. Ed. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia d Livro. 1960.

- LEFEBVRE, H. *Lógica formal/Lógica dialética*. Trad. C. N. Coutinho. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1983.
- MARX, K. *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*. In: Obras Escolhidas, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1980.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos filosóficos e outros textos escolhidos*. 5 ed. Trad. Textos selecionados por Athur Giannotti. Trad. José Carlos Bruni et all. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. VIII-XX (Coleção Os Pensadores v.12).
- MARX, K. *Liberdade de Imprensa*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. Trad. R. Enderle; N. Scheneider, L. C. Martorano. São Paulo: Boi tempo, 2007.
- MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista* Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/manifestocomunista>>. Acesso em 29 nov 2010 (Obra publicada em 1848).
- MILLER, D. *Teoria Política*. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996
- PROGREBINSCHI, T. *O enigma da democracia*. *Educação & Sociedade*, São Paulo, v. 22, n. 63, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 2 dez 2010.
- SEVERINO, A. J. *Filosofia*. São Paulo: Cortez, 1993.
- VARES, L. P. *O Marxismo e a Revolução Francesa*. In: Teoria e Política. São Paulo: Editora Parma Ltda., 1989.
- WEFFORT, F. C. *Marx: política e revolução*. In: WEFFORT, F. C. (org.). *Os clássicos da política*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.

- 1 Nascido em 28/11/1820 na Prússia, em Barmen., faleceu em Londres em 05/08/1895. Com filósofo foi um teórico revolucionário, amigo e colaborador de Karl Marx, com quem fundou o socialismo científico ou marxismo. Ele foi coautor de diversas obras com Marx, sendo que a mais conhecida é o Manifesto Comunista. Também ajudou a publicar, pos-mortem morte, os dois últimos volumes de O Capital, principal obra de Marx.
- 2 Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo alemão que introduziu uma forma de compreender o Estado, a Religião e a Filosofia como supremas manifestações de Deus, com base no princípio de que o Estado moderno se reveste dos ideais da Moral e manifesta a Razão no domínio da vida social. Depois de sua morte transformou-se em ideologia oficial na Prússia